

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.323 - DF (2019/0012379-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S A - MASSA FALIDA
ADVOGADOS : DÉBORA MORETTI DELLAMÉA - DF028408
JOSE VIEIRA FRAGA FILHO - DF026678
AGRAVANTE : NANCY GUILHERMITI BORGHI
AGRAVANTE : HUMBER BORGHI JUNIOR
ADVOGADA : CAROLINE HEDWIG NEVES SCHOBENHAUS E OUTRO(S) -
DF016587
AGRAVADO : OS MESMOS
INTERES. : ANTONIO ALVES FILHO
INTERES. : ARI ALVES DE ARAUJO
INTERES. : EDILTON ANTÔNIO DA SILVA
ADVOGADO : RAFAEL SILVA OLIVEIRA - DF025567

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por NANCY GUILHERMITI BORGHI e HUMBER BORGHI JUNIOR contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado (e-STJ, fl. 1496):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE COMODATO. POSSE DE IMÓVEL PARA FINS DE MORADIA. PRAZO. DURAÇÃO DO CONTRATO LABORAL. USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA. REQUISITOS. INEXISTÊNCIA. PROVA PERICIAL E TESTEMUNHAL NÃO REALIZADA. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. INEXISTÊNCIA. CONVICÇÃO DO MAGISTRADO FUNDAMENTADA NAS PROVAS COLIGIDAS AOS AUTOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. PRELIMINAR REJEITADA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NA SENTENÇA E JULGAMENTO ULTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. ALTERAÇÃO DA VERDADE DOS FATOS. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. CONDENAÇÃO NA ORIGEM. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. MANUTENÇÃO. RECURSOS DESPROVIDOS.

Não há que se falar em violação aos princípios do contraditório ou da ampla defesa, quando o pedido de realização de prova testemunhal e pericial se faz despiendo frente a todo o contexto fático-próbatório coligido aos autos.

O magistrado é o destinatário da prova, razão pela qual compete exclusivamente a ele a análise acerca de sua prescindibilidade, podendo, incluíve, indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias e devendo, ao apreciar os elementos de convicção anexados aos autos, indicar em sua decisão as razões de formação do seu convencimento, à luz do

Princípio do Livre Convencimento Motivado (arts. 130 e 131, do Código de Processo Civil de 1973).

Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada.

In casu, não há que se falar em julgamento ultra petita, uma vez que a indenização devida aos réus é um corolário do reconhecimento da posse irregular do imóvel individualizado nos autos, o qual há tempos foi arrematado em leilão judicial e é ocupado pelos autores sem o pagamento de qualquer contraprestação.

Demais disso, existe previsão contratual específica acerca do pagamento de indenização pelos ocupantes do imóvel caso o bem não fosse devolvido ao término do contrato de comodato anteriormente celebrado entre o autor e a Viação Aérea São Paulo - VASP.

Quanto ao mérito, impende salientar que esta Corte de Justiça possui entendimento iterativo no sentido de que a comprovação acerca da existência de contrato de comodato entre os litigantes afasta a pretensão de reconhecimento da usucapião do imóvel em disputa, com fulcro na prescrição aquisitiva, por configurar mera permissão para moradia e sendo, desse modo, uma posse precária e destituída de animus domini.

Em face do aduzido, correto asseverar que os autores não se desincumbiram do ônus que lhes está designado pelo art. 373, I, do NCPC, acerca dos fatos constitutivos de seu direito.

Demais disso, constata-se que os autores agiram com má-fé processual ao intentarem "ação idêntica, já extinta, alterando trecho importante da inicial e acrescentando outra autora no pólo ativo", representando, dessa forma, verdadeiro descumprimento de seu dever de lealdade processual.

Por essa razão, verifica-se que a conduta perpetrada pelos requerentes se enquadra nas hipóteses textualmente previstas nos arts. 77, I e 80, II, do Código de Processo Civil, razão pela qual não há como afastar a penalidade por litigar -ida de má-fé a eles imposta pela r. sentença.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 1557-1568).

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 1571-1611), a parte recorrente sustentou violação aos seguintes dispositivos:

a) art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, defendendo que a Corte de origem não sanou omissões supostamente perpetradas pelo acórdão embargado, mesmo diante da oposição dos embargos declaratórios, o que teria configurado negativa de prestação jurisdicional;

b) art. 234 do Código de Processo Civil de 1973, ao argumento de que a ausência de manifestação sobre o pedido de produção de prova testemunhal e pericial cerceou seu direito de defesa;

c) arts. 9º da Lei 10.257/2001 e 1.240 do Código Civil, porque estão presentes todos os requisitos para o reconhecimento da usucapião especial urbana e/ou para a aplicação da teoria do fenômeno da transmutação da posse, ante a ausência de cobrança de aluguel e o manifesto desinteresse dos proprietários;

d) art. 80 do CPC/2015, pugnando pelo afastamento da condenação por litigância de má-fé;

e) art. 492 do CPC/2015, porquanto a condenação ao pagamento de

indenização a ser fixada em liquidação de sentença constitui julgamento extra/ultra petita.

Apontou, ainda, divergência jurisprudencial.

Oferecidas as contrarrazões às fls. 1646-1669 (e-STJ).

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 1740-1762 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Inicialmente, a apontada violação ao art. 535 do CPC/73 não se configura, haja vista o Tribunal estadual ter dirimido clara e integralmente a controvérsia, porém em sentido contrário ao pretendido pelos agravantes. Assim constou do acórdão (fl. 1507-1508, e-STJ):

Do emoldurado, ressoa incólume 'que o feito se encontra devidamente instruído, razão pela qual se faz desnecessária a realização de quaisquer outras provas em complementação àquelas já existentes nos autos, afastando-se, por conseguinte, a alegada violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

(...)

E em relação aos demais temas ventilados pelos autores em seu recurso, destaco que consoante se infere dos elementos de convicção carreados, a posse exercida sobre o imóvel objeto da lide era precária, exercida em decorrência do contrato de comodato acima mencionado, nos termos do disposto em sua cláusula segunda. Confira-se:

(...)

Assim, forçoso concluir que a manutenção de posse estava vinculada à continuidade do vínculo empregatício e que, diversamente do alegado pelos autores, a sua permanência no imóvel era apenas tolerada pela ré, não havendo que se falar na tão alardeada transmutação ventilada pelos requerentes.

Ademais, a jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão – situação facilmente constatável no presente caso –, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos suscitados pela parte em embargos declaratórios, cuja rejeição, nesse contexto, não implica contrariedade ao art. 535 do CPC/73.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. PETIÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DE QUESTÃO RELEVANTE PARA O JULGAMENTO DA LIDE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N.

282 E 356 DO STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta aos arts. 165, 458, II, e 535, II, do CPC/1973 quando o acórdão recorrido apresenta fundamentos suficientes para embasar a decisão, enfrentando todas as questões pertinentes para a solução da lide e manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

(...)

(PET no AREsp 489.892/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 12/03/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 131, 165, 458, II, E 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. AFASTAMENTO DA MULTA APLICADA EM SENTENÇA JÁ COBERTA PELA COISA JULGADA. POSSIBILIDADE. ASTREINTES. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO OU OFENSA À COISA JULGADA. PRECEDENTES. PROVIMENTO NEGADO.

1. Não se verifica a alegada violação aos arts. 131, 165, 458, II, e 535 do CPC/1973, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas. De fato, inexiste omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pela parte recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide.

(...)

(AgInt no AREsp 717.668/GO, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 26/02/2018)

2. No que diz respeito à alegada violação ao art. 234 do CPC/73, a pretensão não merece prosperar.

Acerca do alegado cerceamento de defesa, o Tribunal se manifestou da seguinte forma (e-STJ, 1507):

Naquela ocasião os ora recorrentes destacaram que a prova pericial serviria à comprovação de que o imóvel possuía a metragem estabelecida na Constituição Federal e no Estatuto das Cidades para a caracterização da usucapião ao passo em que a prova oral atestaria a data a partir da qual os requerentes nele w fixaram residência.

No entanto, verifico que são fatos incontroversos nos autos os seguintes fatos: (i) a ocupação exercida pelos requerentes iniciou-se no ano de 2001, à luz do contrato de comodato anexado às fls. 486/488; e (ii) o imóvel possui área de 120,00 m² (cento e vinte metros quadrados), constante se infere do laudo de avaliação coligido às fls. 299/300 e 1.196/1.197. **Sob essa ótica, tenho como verdadeiramente despicienda a realização das provas pretendidas pelos autores.**

Destarte, como é cediço, se do contexto fático-probatório coligido podem ser extraídos elementos suficientes para firmar a convicção do magistrado sobre a matéria posta em debate, a alegação de

cerceamento de defesa em decorrência do indeferimento de outras provas torna-se desprovida de razoabilidade.

Nessa ordem de ideias, sendo o magistrado o destinatário da provada a ele compete exclusivamente a análise acerca da sua prescindibilidade, podendo inclusive, indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias e devendo, ao apreciar o contexto fático-probatório constante nos autos, indicar na decisão as razões de formação de seu convencimento, consoante o disposto nos arts. 130 e 131, ambos do digesto processual revogado.

Isso nada mais é do que a materialização do Sistema do Livre Convencimento Motivado, expressamente adotado pelo Código de Ritos de 1973 e que, a despeito de não possuir menção expressa no Novo Código de Processo Civil, ainda se encontra plenamente em vigor no direito procesal brasileiro. A propósito:

(...)

Do emoldurado, ressoa incólume 'que o feito se encontra devidamente instruído, razão pela qual se faz desnecessária a realização de quaisquer outras provas em complementação àquelas já existentes nos autos, afastando-se, por conseguinte, a alegada violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Verifica-se, portanto, que o Tribunal concluiu pela desnecessidade de produção de outras provas além das que já constavam nos autos. Desse modo, reanalisar a suficiência das provas que instruem os autos demandaria revolvimento fático-probatório, providência incompatível com o apelo especial, conforme Súmula 7/STJ.

Corroboram essa conclusão os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ERRO MÉDICO. DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA. ACÓRDÃO RECORRIDO APOIADO NAS PREMISSAS FÁTICAS CONSTANTES DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE SUA REVISÃO NA VIA ESPECIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 7 DO STJ. CABIMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA, UMA VEZ MAIS, DA SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O cerceamento de defesa sustentado na ausência de realização da prova pericial requerida foi afastado pelo Tribunal local - destinatário da prova - com respaldo no acervo fático e probatório dos autos, de forma que a sua revisão, na via especial, é obstada pela Súmula n. 7 desta Corte.

(...)

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1460524/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 27/11/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

AÇÃO INDENIZATÓRIA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 131, 332, 334, I, DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. JUIZ É DESTINATÁRIO FINAL DAS PROVAS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. **CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA.** SUFICIÊNCIA DAS PROVAS. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/73. REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA PARA AFASTAR OS HONORÁRIOS RECURSAIS FIXADOS. AGRAVO PROVIDO PARCIALMENTE.

(...)

3. Para se concluir que a prova cuja produção fora requerida pela parte é ou não indispensável à solução da controvérsia, seria necessário se proceder ao reexame do conjunto fático-probatório, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

(...)

(AgInt no AREsp 1116396/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018)

3. Em relação à alegada violação aos arts. 9º da Lei 10.257/2001 e 1.240 do Código Civil, a parte aduz que estão presentes todos os requisitos para o reconhecimento da usucapião especial urbana, bem como para a aplicação da teoria do fenômeno da transmutação da posse, ante a ausência de cobrança de aluguel e o manifesto desinteresse dos proprietários.

Acerca do tema, a Corte de origem, com amparo no acervo fático-probatório dos autos, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 1509-1510):

E em relação aos demais temas ventilados pelos autores em seu recurso, destaco que consoante se infere dos elementos de convicção carreados, a posse exercida sobre o imóvel objeto da lide era precária, exercida em decorrência do contrato de comodato acima mencionado, **nos termos do disposto em sua cláusula segunda. Confira-se:**

"A proprietária, a título de comodato, disponibiliza o imóvel acima caracterizado, em favor do Comodatário acima qualificado, para que dele utilize como sua residência, até o final do seu contrato de trabalho." Tendo isso em conta, ressalto que esta Corte de Justiça possui entendimento pacificado no sentido de que "acomprovação da existência de contrato de comodato entre os litigantes afasta a pretensão de ver reconhecida a usucapião do imóvel em disputa, com base em prescrição aquisitiva, pois trata-se de mera permissão para moradia - posse precária, destituída de animus domini"⁶.

Assim, forçoso concluir que a manutenção de posse estava vinculada à continuidade do vínculo empregatício e que, diversamente do alegado pelos autores, a sua permanência no imóvel era apenas tolerada pela ré, não havendo que se falar na tão alardeada transmutação ventilada pelos requerentes.

Ademais, cumpre salientar que a posse exercida pelos autores não

era mansa e tampouco pacífica, uma vez que em 2006 o imóvel em comento foi objeto de avaliação, sendo arrecadado em 21/11/2008 e posteriormente arrematado pelo segundo réu em 08/03/2010, após a realização de leilão judicial que contou com a participação dos próprios requerentes.

Assim, considerando tudo o que foi acima expandido, forçoso concluir que os autores, ora recorrentes, não lograram êxito em demonstrar os fatos constitutivos do direito postulado em juízo, mormente com relação aos elementos caracterizadores da usucapião pretendida, razão pela qual não se desincumbiram do ônus que lhes é imputado pelo inciso I, do artigo 373, do estatuto processual vigente.

Verifica-se, portanto, que o Colegiado de origem formou suas conclusões pela ausência de preenchimento dos requisitos necessários à configuração da usucapião com base no substrato fático-probatório dos autos. Modificar esse entendimento exigiria, necessariamente, a reanálise das circunstâncias fático-probatórias, o que é vedado em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/ STJ.

A propósito:

USUCAPIÃO. REQUISITOS. SÚM. 7/STJ. IMÓVEL. SFH. IMPOSSIBILIDADE. AQUISIÇÃO.

1. É inviável rever a conclusão do Tribunal de origem relativa aos requisitos para o reconhecimento da usucapião, porquanto demandaria reexame de provas, o que é vedado nesta instância especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1343742/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 06/03/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE USUCAPIÃO. 1. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. 2. CURADOR ESPECIAL NÃO INTIMADO PESSOALMENTE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRINCÍPIO DA PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. SÚMULA 83/STJ. 3. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ATUAÇÃO EM SEGUNDO GRAU. SUPRIMENTO. PRECEDENTES. 4. ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA CONFIGURAÇÃO DA USUCAPIÃO. PROVA TESTEMUNHAL. SUFICIÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. 5. ILEGITIMIDADE ATIVA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211 DO STJ. 6. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(...)

4. A desconstituição da conclusão do acórdão recorrido acerca do preenchimento dos requisitos da usucapião só seria possível mediante o reexame dos fatos e das provas dos autos, incidindo, na espécie, a Súmula 7 deste Tribunal Superior, a obstar o conhecimento do recurso especial.

(...)

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1720264/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 21/09/2018)

4. No tocante ao inconformismo do insurgente acerca da condenação ao pagamento de multa por litigância de má-fé, o apelo extremo também não merece acolhida.

A Corte local, soberana na análise dos fatos e provas acostados aos autos, se posicionou da seguinte forma acerca da existência de litigância de má-fé da parte recorrente (e-STJ, fls. 1509-1510):

Com efeito, o art. 80, do CPC/2015, ao reproduzir as disposições constantes no art. 17, do revogado digesto processual de 1973, tipifica as condutas mediante as quais se pode afirmar que a parte litigante age com deslealdades processual, de forma maldosa, causando verdadeiro dano processual à parte contrária, consubstanciando-se em exemplos do descumprimento dos deveres de probidade e informação estampados no art. 5º, do NCPC.

Ao analisarem o comando legal estampado no dispositivo supracitado, os já citados Alexandre Flexa, Daniel Macedo e Fabricio Bastos, argumentam que "o princípio da boa -fé insculpido no art: 5º deve ser encarado sob a ótica objetiva, ou seja, os atos dos sujeitos processuais devem ser considerados em si, pouco importando a intenção. da parte.

E sob o tema em comento, valho-me dos ensinamentos contidos na doutrina de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, doutrinadores que conceituam o litigante de má-fé como sendo o "improbis litigator, que se utiliza de procedimentos escusos com o objetivo de vencer ou que, sabendo ser difícil ou impossível vencer, prolonga deliberadamente o andamento do processo procrastinando o feito".

Com isso, entendo que o decisum objurgado não comporta qualquer modificação, especialmente em virtude da análise percuente realizada pelo magistrado de origem, razão pela qual passo a transcrever os seguintes excertos contidos no decisório objurgado, in verbis:

(...)

Como (sic) base na fundamentação supra, considerando que os autores alteraram a verdade dos fatos e agiram com má fé processual ao intentaram ação idêntica, já extinta, alterando trecho importante da inicial e acrescentando outra autora no pólo ativo, condeno os autores, de forma solidária, no pagamento de multa de 1% sobre o valor da causa, bem como no pagamento de indenização pelos prejuízos sofridos pelos réus, cujo montante será apurado em liquidação de sentença pelo procedimento comum, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que os danos não precisam ser comprovados na presente demanda.

Derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem e acolher a pretensão recursal ensejaria o necessário revolvimento das provas constantes dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, ante o óbice estabelecido pela súmula 7/STJ.

Neste sentido, vejam-se os precedentes desta Corte:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. LOCAÇÃO DE COFRES. ROUBO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

3. O acolhimento da pretensão em relação à presença de litigância de má-fé e inversão do ônus probatório demandaria reexame de fatos e provas, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1241784/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 27/06/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COMPENSAÇÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. POSSIBILIDADE. DANO MORAL. COBERTURA. PREVISÃO CONTRATUAL. AUSÊNCIA. NÃO PREVISTA NO CONTRATO. REEXAME DE FATOS E DO CONTRATO. SÚMULAS NºS 5 e 7/STJ. DANOS MATERIAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. RESSARCIMENTO. INADMISSIBILIDADE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SÚMULA Nº 7/STJ.

(...)

5. A reapreciação da conclusão do aresto impugnado acerca da existência de litigância de má-fé encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 693.596/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 07/02/2017)

5. Registre-se que consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESPEJO. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTRATO VERBAL DE LOCAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

2. A incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso

pela alínea c do permissivo constitucional. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 834.644/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA

TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 12/04/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Ação de indenização por danos materiais e morais.

2. O reexame de fatos e provas não é possível na via especial, devido ao óbice da Súmula 7 desta Corte.

3. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido.

4. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1423333/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 02/05/2019)

6. No tocante à suposta ofensa ao art. 492 do CPC/2015, a pretensão recursal também não merece prosperar.

Acerca dessa temática, o STJ tem entendimento firmado no sentido de que "*o julgador não viola os limites da causa quando reconhece os pedidos implícitos formulados na inicial, não estando restrito apenas ao que está expresso no capítulo referente aos pedidos, sendo-lhe permitido extrair da interpretação lógico - sistemática da peça inicial aquilo que se pretende obter com a demanda, aplicando o princípio da equidade*" (AgInt no AREsp 1266376/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 04/06/2019)

Logo, uma vez que o entendimento adotado pelo Tribunal de origem está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, impõe-se o óbice da Súmula n. 83 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA EMBARGANTE.

(...)

4. Inexiste ofensa ao princípio da congruência nas hipóteses em que o julgador não afronta os limites objetivos da pretensão inicial, tampouco concede providência jurisdicional diversa da requerida. Ademais, os pedidos formulados devem ser examinados a partir de uma interpretação lógico-sistemática, conforme os brocardos da mihi factum dabo tibi ius (dá-me os fatos que te darei o direito) e iura novit curia (o juiz conhece o direito). Precedentes. 4.1. No caso em tela, o acórdão recorrido julgou parcialmente procedente o pedido formulado

nos embargos à execução, reduzindo o quantum debeatur, de modo que se manteve nos limites da lide.

(...)

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 215.269/ES, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DANOS MORAIS. LEGITIMIDADE PASSIVA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. À luz dos artigos 128 e 460 do CPC/73, atuais, 141 e 492 do NCPC/15, o vício de julgamento extra petita não se vislumbra na hipótese do juízo a quo, adstrito às circunstâncias fáticas (causa de pedir remota) e ao pedido constante nos autos, proceder à subsunção normativa com amparo em fundamentos jurídicos diversos dos esposados pelo autor e refutados pelo réu. **O julgador não viola os limites da causa quando reconhece os pedidos implícitos formulados na inicial, não estando restrito apenas ao que está expresso no capítulo referente aos pedidos, sendo-lhe permitido extrair da interpretação lógico - sistemática da peça inicial aquilo que se pretende obter com a demanda, aplicando o princípio da equidade.**

(...)

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1266376/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 04/06/2019)

7. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 568/STJ, **nego provimento** ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator